

CENTRAL HIDRELÉTRICA PALMEIRAS DO
TOCANTINS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

CENTRAL HIDRELÉTRICA PALMEIRAS DO TOCANTINS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.
Ponte Alta do Bom Jesus - TO

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém relações e transações com partes relacionadas, representadas substancialmente por empréstimos financeiros e operações comerciais, cujos valores são pactuados entre as partes, com o objetivo de cumprimento de suas obrigações de curto prazo e atendimento as suas obrigações contratuais, respectivamente. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria nas demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita

O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações contábeis, o que de forma inerente adiciona componentes de risco de fraude. Tendo em vista o risco associado sobre o processo de reconhecimento da receita e os potenciais efeitos sobre o registro contábil no contas a receber, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Avaliação de redução ao valor recuperável - ativo imobilizado

O CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, prevê que a Companhia realize, se identificar indícios, estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do valor contábil de seu ativo imobilizado baseado em suas operações futuras. Esses estudos são realizados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias que envolvem as estimativas de recuperação futura existirem, sejam por fatores decorrentes da operação da Companhia, sejam por fatores externos, ligados a economia e mercado consumidor em geral. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, a provisão de imparidade é reconhecida no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou análise da capacidade de recuperação do valor contábil da sua Usina Hidrelétrica (UHE) em suas operações futuras, sem identificar indícios de perda do valor de seu ativo. Devido ao grau de julgamento significativo envolvido para determinar tais projeções, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) realização de procedimentos de avaliação dos controles internos da Companhia; (ii) análise da conciliação da receita operacional extraídas dos sistemas de faturamento, com os saldos contábeis; (iii) realização de testes documentais, em base amostral; (iv) avaliação dos procedimentos de competência do reconhecimento dos registros contábeis; (v) avaliação da adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que as políticas e o efetivo reconhecimento de receitas da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria

Como procedimentos de auditoria, adotamos os seguintes: (i) avaliação das previsões de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (UGC), análises de sensibilidade, integridade da documentação que suporta a execução das projeções incluindo a comparação com os seus planos mais recentes de negócios, razoabilidade dos métodos e premissas utilizadas na análise e a revisão das bases utilizadas na determinação da taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia, e as suas bases de avaliação para a determinação da taxa interna de retorno; (ii) análise da adequada divulgação desta transação, riscos relacionados e avaliação de perdas, nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que as bases de avaliação e a metodologia das avaliações estão adequadas, bem como, as divulgações realizadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

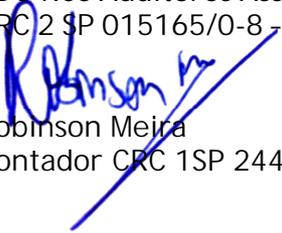


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/0-8 - S - TO


Robinson Meira
Contador CRC 1SP 244496/O-5 -S- TO

CENTRAL HIDRELÉTRICA PALMEIRAS DO TOCANTIS S.A.

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017		Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	820.382	3.608.914	Empréstimos e financiamentos	8	-	8.246.864
Contas a receber	6	1.003.516	-	Debêntures	9	1.291.212	-
Impostos a recuperar		22	-	Fornecedores		104.145	55.749
		<u>1.823.920</u>	<u>3.608.914</u>	Obrigações tributárias		311.728	89.247
				Partes relacionadas	10	<u>6.849.484</u>	<u>6.572.330</u>
						<u>8.556.569</u>	<u>14.964.190</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		8.452	-	Debêntures	9	<u>14.148.498</u>	-
Imobilizado	7	<u>23.473.727</u>	<u>13.922.250</u>			<u>14.148.498</u>	-
		<u>23.482.179</u>	<u>13.922.250</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social	12.1	2.800.000	1.800.000
				Adiantamento para futuro aumento de capital		-	1.000.000
				Prejuízos acumulados		<u>(198.968)</u>	<u>(233.026)</u>
						<u>2.601.032</u>	<u>2.566.974</u>
Total do ativo		<u><u>25.306.099</u></u>	<u><u>17.531.164</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>25.306.099</u></u>	<u><u>17.531.164</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CENTRAL HIDRELÉTRICA PALMEIRAS DO TOCANTIS S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida de vendas	13	2.057.216	-
Custos	14	(555.771)	-
Lucro Bruto		1.501.445	-
(Despesas)/receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(261.137)	(79.818)
Despesas tributárias	14	(61.424)	(38.431)
Outras despesas	14	-	(3.498)
		1.178.884	(121.747)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	33.521	46
Despesas financeiras	15	(1.110.920)	(75.255)
		(1.077.399)	(75.209)
Impostos de renda e contribuição social - corrente		(67.427)	-
Prejuízo do período		34.058	(196.956)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CENTRAL HIDRELÉTRICA PALMEIRAS DO TOCANTIS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	<u>34.058</u>	<u>(196.956)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>34.058</u></u>	<u><u>(196.956)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CENTRAL HIDRELÉTRICA PALMEIRAS DO TOCANTIS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	(Prejuízos)/lucros líquidos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.800.000	149.550	(36.070)	1.913.480
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	850.450	-	850.450
Prejuízo do exercício	-	-	(196.956)	(196.956)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.800.000	1.000.000	(233.026)	2.566.974
Aumento de capital social	1.000.000	(1.000.000)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	34.058	34.058
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.800.000	-	(198.968)	2.601.032

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CENTRAL HIDRELÉTRICA PALMEIRAS DO TOCANTIS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	34.058	(196.956)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	231.983	-
Juros sobre empréstimos	399.383	-
Juros sobre debêntures	690.155	-
Aumento líquido/(redução) nos ativos		
Contas a receber	(1.003.516)	-
Impostos a recuperar	(22)	-
Depósitos judiciais	(8.452)	-
Aumento líquido/(redução) nos passivos		
Fornecedores	48.396	(727.455)
Obrigações tributárias	222.481	55.213
Outras contas a pagar	-	(11.168)
Caixa gerado das/(aplicado nas) atividades operacionais	614.466	(880.366)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(9.432.058)	(10.651.351)
Caixa gerado das/(aplicado nas) atividades de investimentos	(9.432.058)	(10.651.351)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimo de partes relacionadas	277.154	6.131.726
Captação de empréstimos	-	8.191.008
Captação de debêntures	16.000.000	-
Pagamento de principal e juros debêntures	(405.501)	-
Pagamento de principal e juros empréstimos	(9.842.594)	(36.188)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	850.450
Caixa gerado das/(aplicado nas) atividades de financiamentos	6.029.059	15.136.996
(Decréscimo)/acrécimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	(2.788.533)	3.605.279
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.608.914	3.635
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	820.382	3.608.914
(Decréscimo)/acrécimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	(2.788.532)	3.605.279

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

1. Informações gerais

A Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A. ("Companhia") foi constituída em 16 de outubro de 2015, e é uma sociedade anônima de capital fechado. Sua sede está localizada na Rodovia TO-110, km 23, Loteamento Ribeirão Bonito Lote 3/4 - B, S/N, Zona Rural, Município de Ponte Alta Do Bom Jesus, Estado do Tocantins.

A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de origem hidráulica, mediante a exploração da Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins.

Em 17 de novembro de 2016, por meio do despacho nº 3000, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL habilitou a Companhia, no leilão nº 03/2016-ANEEL, que licita a contratação de Energia de Reserva proveniente de empreendimentos de geração, a partir das fontes solar fotovoltaica e hidrelétrica, destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), com início de suprimento de energia elétrica em 1º de julho de 2018.

Em 7 de março de 2017, por meio da portaria nº 84, obteve autorização do Ministro de Estado de Minas e Energia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a exploração de potencial hidráulico localizado no Ribeirão Bonito, Município de Ponte Alta do Bom Jesus, Estado do Tocantins, nas Coordenadas Planimétricas E=355256 m e N=8680900 m, Fuso 23S, Datum SIRGAS2000, por meio da implantação da Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH Palmeiras, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: CGH.PH.TO.035747-2.01, com 2.750 kW de capacidade instalada e 1.470 kW médios de garantia física de energia, constituída por uma Unidade Geradora.

A seguir, o cronograma implantação da Central Geradora Hidrelétrica:

- Descida do rotor da unidade geradora: ocorreu em 05 de fevereiro de 2018;
- Início da montagem eletromecânica da unidade geradora: ocorreu em 12 de março de 2018;
- Conclusão da montagem eletromecânica da unidade geradora: ocorreu em 30 de abril de 2018;
- Início da operação em teste da unidade geradora: ocorreu em 10 de maio de 2018;
- Obtenção da licença ambiental de operação - LO: ocorreu em 03 de maio de 2018; e
- Início da operação comercial da unidade geradora ou data da ligação da unidade geradora: ocorreu em 18 de maio de 2018.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para uso pela Administração em 28 de março de 2019.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação (Declaração de conformidade)

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. No momento a Companhia não possui registrado contabilmente qualquer estimativa contábil.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, conforme sua vida útil estimada. E assim, os valores residuais e a vida útil destes ativos serão revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.3. Avaliação do valor recuperável dos ativos

O valor contábil líquido dos ativos é avaliado anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). No caso da Companhia, ela própria é a única UGC.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação embases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.4. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.5. Empréstimos vinculados ou não a partes relacionadas

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.6. Instrumentos financeiros

Exceto pelo contas a receber, os ativos financeiros e passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescidos ou decrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Mensuração subsequente de ativo financeiro

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos pela Sociedade são mensurados subsequentemente a:

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes;

- Valor justo por meio do resultado

Mensuração subsequente do passivo financeiro

Todos os passivos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto por:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;
- Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável;
- Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, o contrato deve ser mensurado subsequentemente pelo maior valor entre:
 - ✓ O valor da provisão para perdas;
 - ✓ Valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita.
- Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado, e deverá ser mensurado subsequentemente pelo maior valor entre:
 - ✓ O valor da provisão para perdas;
 - ✓ Valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita.
- A contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios deverá ser mensurada subsequentemente ao valor justo com as alterações reconhecidas no resultado.

4. Normas, alterações e interpretações

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018. Não existem outras normas e interpretações emitidas até a data destas demonstrações contábeis.

Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2018, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual e em exercícios anteriores:

- IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros - A norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge, e avaliação da perda esperada;

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes - A norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes, onde a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

Norma emitida, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16/CPC 6 - Arrendamento mercantil: Estabelece o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019) e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme único modelo, similar a contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários: arrendamentos de atividades de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo. A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos e cujos valores não são representativos, assim não há impactos significativos nas demonstrações contábeis.
- ICPC 22 - IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda: essa interpretação, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32. A Companhia está em processo de avaliação das incertezas e no momento não vislumbra impactos significativos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	1.686	8.800
Banco conta movimento	439	3.597.946
Aplicação financeira	816.257	2.168
	<u>818.382</u>	<u>3.608.914</u>

As aplicações financeiras são realizadas com bancos de primeira linha, reduzindo o risco de crédito, e a sua remuneração se aproxima do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, por prazo não superior a 90 dias

6. Contas a receber

	31/12/2018
Fornecimento de energia - CCEE	1.003.516
	<u>1.003.516</u>

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Venda de energia para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, no qual, as faturas serão liquidadas até março de 2019. Diante o exposto, a Companhia não identificou a necessidade de constituir perda estimada em créditos de liquidação duvidosa.

7. Imobilizado

a) Composição do imobilizado:

	31/12/2018			31/12/2017
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Em curso:				
Terreno	50.000	-	50.000	50.000
Barragens, adutora e máquinas	-	-	-	13.071.320
Usina hidrelétrica	23.102.385	(231.983)	22.870.402	
Adiantamentos a fornecedores	553.325	-	553.325	800.930
Total	23.705.710	(231.983)	23.473.727	13.922.250

b) Movimentação do imobilizado:

	31/12/2017	Adições	Baixa	Depreciação	Transferências	31/12/2018
Em curso:						
Terreno	50.000	-	-	-	-	50.000
Barragens, adutora e máquina	13.071.320	4.940.605	(505.000)	-	(17.506.925)	-
Usina hidrelétrica	-	5.182.120	-	(231.983)	17.920.265	22.870.402
Adiantamento a fornecedores	800.930	4.004.077	(3.838.342)	-	(413.340)	553.325
	13.922.250	14.126.802	(4.343.342)	(231.983)	-	23.473.727

Em 2018 os encargos financeiros de dívida vinculados a investimentos no imobilizado em curso foram capitalizados como custos de encargos de empréstimos e financiamentos relacionados a construção da usina hidrelétrica no valor de R\$ 351.402 (2017 - 92.044). Este montante é um item de movimentação patrimonial que não afeta a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

c) Análise de redução ao valor recuperável

A Administração preparou estudo interno para avaliar a capacidade de recuperação do valor contábil do ativo imobilizado da Usina Hidrelétrica de geração de energia baseado em estimativas de resultados futuros, considerando os seguintes componentes e premissas:

- Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina considerada como o menor nível de unidade geradora de caixa. Esse fluxo abrange o período de vida útil do ativo imobilizado por ser um produtor independente e negociar a energia gerado como excedente no mercado na Câmara de Compensação de Energia Elétrica - CCEE, sem incluir qualquer obra remanescente que venha a postergar a vida útil existente;
- Taxa de desconto compatível com o mercado (2018: 6,71% a.a. líquida de imposto de renda).

CENTRAL HIDRELÉTRICA PALMEIRAS DO TOCANTINS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2018 a Companhia não identificou qualquer risco de perda frente ao estudo realizado, portanto, nenhuma provisão de imparidade foi registrada.

8. Empréstimos

	Vencimento	Taxa de juros (aa)	31/12/2017
	junho/18 a	6,10% a 13% +	
Cédula de crédito bancário (CCB)	agosto/22	TJLP	8.246.864
			<u>8.246.864</u>

Referem-se a contratos de Cédula de Crédito Bancário (CCB) firmados com o Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Itaú S.A., tomados para fins de execução das obras e carência de 1 ano. Com os recursos provenientes da emissão de debêntures ocorreu a quitação do empréstimo, em 15 de agosto de 2018 e 31 de julho de 2018 respectivamente, com a devida exclusão das garantias vinculadas a fiança.

9. Debêntures

	31/12/2018		
	Circulante	Não circulante	Total
1ª Série	248.941	2.530.589	2.779.530
2ª Série	238.780	2.251.411	2.490.191
3ª Série	231.894	2.465.138	2.697.032
4ª Série	204.457	2.498.871	2.703.328
5ª Série	230.937	2.441.209	2.672.146
6ª Série	213.037	2.756.972	2.970.009
	<u>1.368.046</u>	<u>14.944.190</u>	<u>16.312.236</u>
Custos de transação (*)	(76.834)	(795.692)	(872.526)
	<u>1.291.212</u>	<u>14.148.498</u>	<u>15.439.710</u>

(*) Custos incorridos em virtude da emissão das debêntures, contemplam gastos com: comissão, taxas, assessores jurídicos, registros e outros terceiros, e serão realizados com vencimento de cada série.

Em 5 de julho de 2018, a Companhia, assessorada pelo Banco Itaú BBA S.A., estruturou operação de captação de recursos por meio da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em seis séries, o agente fiduciário nomeado foi a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Em 6 de julho de 2018 foram emitidas 16.000 debêntures simples com valor nominal unitário de R\$ 1.000, em seis séries:

CENTRAL HIDRELÉTRICA PALMEIRAS DO TOCANTINS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Debêntures:	Quantidade de debêntures	Valor das debêntures	Vencimento final
Da 1ª série	2.855	2.855.000	30/11/2027
Da 2ª série	2.585	2.585.000	29/12/2027
Da 3ª série	2.579	2.579.000	28/01/2028
Da 4ª série	2.585	2.585.000	03/03/2028
Da 5ª série	2.556	2.556.000	29/03/2028
Da 6ª série	2.840	2.840.000	28/04/2028
	<u>16.000</u>	<u>16.000.000</u>	

O valor nominal unitário de cada uma das debêntures será atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), e incidirão juros remuneratórios correspondentes a 8,42% ao ano. Esta remuneração será paga semestralmente após o término do período de carência.

Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas pela Companhia no âmbito das debêntures, a Companhia outorgou as seguintes garantias:

- Cessão fiduciária: (a) da totalidade dos recebíveis dos contratos de energia reserva direitos creditórios; (b) dos direitos emergentes do contrato de conexão às instalações de distribuição; (c) dos direitos emergentes do contrato de fornecimentos; (d) dos direitos detidos pela Companhia sobre a conta vinculada; (e) sobre as aplicações financeiras de titularidade da Companhia;
- Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Companhia pertencentes a ZX Participações e à Capitale Participações Ltda.;
- Penhor dos equipamentos e geradores do projeto de titularidade da Companhia;
- Fiança dos garantidores;
- Fiança bancária.

Os recursos serão utilizados para reembolso ou quitação das despesas e/ou dívidas incorridas na construção e implantação dos projetos da usina hidrelétrica. O objetivo das debêntures é alongar a dívida com uma remuneração mensal para o investidor.

A seguir a maturidade da dívida:

Ano de vencimento:	31/12/2018		
	Debêntures	Custro de transação	Saldo
2019	1.368.046	(76.834)	1.291.212
2020	1.197.619	(64.199)	1.133.420
2021	1.072.082	(56.393)	1.015.689
2022	1.580.046	(83.916)	1.496.130
2023	1.762.884	(93.699)	1.669.185
2024	1.892.614	(100.537)	1.792.077
A partir 2025	7.438.945	(396.948)	7.041.997
	<u>16.312.236</u>	<u>(872.526)</u>	<u>15.439.710</u>

CENTRAL HIDRELÉTRICA PALMEIRAS DO TOCANTINS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas

As relações e transações com partes relacionadas são realizadas em condições de mercado, cujas condições comerciais e financeiras são definidas entre as partes.

	31/12/2018	31/12/2017
Partes relacionadas - Empréstimo		
ZX Participações S.A. (c)	6.456.316	4.677.162
Acionistas - pessoas físicas	-	2.000
Capitale Participações Ltda. (a)	393.168	1.893.168
	<u>6.849.484</u>	<u>6.572.330</u>
Fornecedores		
BT Arbex - ME (b)	2.426.671	390.785
ZX Engenharia e Construções Ltda. (b)	1.530.714	74.613
	<u>3.957.385</u>	<u>465.398</u>

- (a) Empréstimo concedido pela Capitale Participações Ltda. no período compreendido de 07 de outubro e 27 de dezembro de 2017, com o objetivo de assegurar andamento das obras, e posterior investimento na Companhia, por meio de ingresso na sociedade, conforme mencionado na nota explicativa N° 12.1. Este montante não tem encargo financeiro. Não há garantias concedidas;
- (b) Relações comerciais vinculadas as obras da usina hidrelétrica relacionado a projeto, administração e construção, bem como, serviço de mão de obra;
- (c) Empréstimo concedido pela acionista controladora em no período compreendido entre 04 de novembro de 2016 e 28 de junho de 2018, com o objetivo de assegurar andamento das obras, e posterior investimento na Companhia. Este montante não tem encargo financeiro. Não há garantias concedidas.

Remuneração da Administração

Não ocorreu deliberação sobre remuneração a ser concedida a diretoria, representada pelo seu acionista controlador, uma vez que a Companhia faz parte do Grupo Econômico ZX Energia, na qual possui diversos outros negócios, e possui uma administração compartilhada.

A Administração não possui outros benefícios pós-emprego e outros benefícios concedidos a Administração.

11. Contingências

A Companhia não possui qualquer processo, administrativo ou judicial, em qualquer área do direito, ou seja, tributária, cível, penal e trabalhista.

De acordo com a legislação vigente, as declarações de imposto de renda entregues estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados. No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2018, não há processos significativos conhecidos contra a Companhia. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento. Conseqüentemente, a Companhia não tem registrada provisão para contingências.

12. Patrimônio Líquido

12.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia era de R\$ 2.800.000.

Em 05 de dezembro de 2017, ocorreu a transformação de quotas em ações ordinárias, e preferenciais classe A, ambas nominativas e sem valor nominal, bem como, a entrada de novo acionista.

Em 10 de maio de 2018, os acionistas aprovaram o aumento do capital social em R\$ 1.000.000, passando dos atuais R\$ 1.800.000 para R\$ 2.800.000 mediante a emissão de 599.860 ações ordinária, nominativas e sem valor nominal e 99.441 ações preferenciais Classe A, nominativas e sem valor nominal. As novas ações têm o preço de emissão de R\$ 1,43 cada uma fixado de acordo com o critério do artigo 170, §1º, inciso II da Lei nº 6.604/76.

Em 25 de maio de 2018, a acionista ZX Participações S/A, cedeu e transferiu para a acionista Capitale Participações LTDA, 114.968 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço total de R\$128.802,18, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações, passando a composição do capital social a ser da seguinte forma:

	Ações preferenciais -		Total de ações	%	Valor (R\$)
	Ações ordinárias	Classe A			
ZX Participações S.A.	2.028.932	-	2.028.932	81,18%	2.273.038
Capitale Participações Ltda.	114.968	355.401	470.369	18,82%	526.962
	<u>2.143.900</u>	<u>355.401</u>	<u>2.499.301</u>	<u>100%</u>	<u>2.800.000</u>

Em 10 de maio de 2018 foi firmado um Acordo de Acionistas.

CENTRAL HIDRELÉTRICA PALMEIRAS DO TOCANTINS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receita operacional líquida

	31/12/2018
Venda de energia elétrica - CCE	2.135.149
Impostos sobre vendas	(77.933)
	<u>2.057.216</u>

14. Despesas por função e natureza

	31/12/2018	31/12/2017
Classificação por função:		
Custos dos serviços prestados	(555.771)	-
Despesas gerais e administrativas	(261.137)	(79.818)
Despesas tributárias	(61.424)	(38.431)
Outras despesas	-	(3.498)
	<u>(878.332)</u>	<u>(121.747)</u>

	31/12/2018	31/12/2017
Classificação por natureza:		
Serviços prestados - Pessoa Jurídica	(209.218)	(14.864)
Manutenção de máquinas e equipamentos	(77.693)	-
Despesas com viagens	(19.507)	(9.909)
Despesas com assessoria contábil	(9.161)	(9.628)
Despesas com seguros	(58.591)	(8.646)
Cartório e materiais de escritórios	(8.308)	(36.211)
Energia elétrica	(77.771)	-
Despesas tributárias	(61.424)	(38.431)
Depreciação	(231.983)	-
Realização do custo de transação	(13.115)	-
Outras despesas	(111.561)	(4.058)
	<u>(878.332)</u>	<u>(121.747)</u>

15. Resultado Financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	13.018	46
Descontos obtidos	20.503	-
	<u>33.521</u>	<u>46</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos	(1.089.538)	(8.840)
Outras despesas financeiras	(21.382)	(66.415)
	<u>(1.110.920)</u>	<u>(75.255)</u>
	<u>(1.077.399)</u>	<u>(75.209)</u>

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. Não está incluído no escopo dos trabalhos de auditoria, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros a qual foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela administração da Companhia.

Risco	Tipo de cobertura	Importância segurada	Vigência
Danos materiais	Compreensivo	15.380.905	mai/18 à mai/19
Lucros cessantes	empresarial material	3.924.480	
		<u>19.305.385</u>	

17. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

17.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como empréstimos e recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada a seguir:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Custo amortizado	Total	Custo amortizado	Total
Ativo financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	820.382	820.382	3.608.914	3.608.914
Contas a Receber	1.003.516	1.003.516	-	-
	<u>1.823.898</u>	<u>1.823.898</u>	<u>3.608.914</u>	<u>3.608.914</u>
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	15.439.710	15.439.710	8.246.864	8.246.864
Fornecedores	104.145	104.145	55.749	55.749
Partes relacionadas	6.849.484	6.849.484	6.572.330	6.572.330
	<u>22.393.339</u>	<u>22.393.339</u>	<u>14.874.943</u>	<u>14.874.943</u>

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 para os instrumentos financeiros do Grupo de "Custo amortizado", que abrange somente caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, fornecedores e partes relacionadas, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do Pronunciamento Técnico CPC 40 para estes casos a divulgações de valor justo não são exigidas.

17.2. Fatores de risco financeiro

Os principais riscos inerentes as operações da Companhia e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos.

- a) Risco de crédito: A Companhia restringe sua exposição a riscos de créditos associados aos bancos e as aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo;
- b) Riscos de liquidez: Risco de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria;
- c) Risco de taxa de juros (risco de mercado): Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A seguir é apresentado a análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros expostos ao risco de oscilações na taxa de juros, considerando um cenário provável de taxa de juros (Provável), com depreciação da taxa de 25% (Possível) e depreciação da taxa de 50% (Remoto). Com base em projeções divulgadas para os próximos 12 meses por instituições de grande porte:

Operação	Risco	Taxa atual	Exposição	Cenário		
				Provável	Possível	Remoto
Aplicações financeiras	Redução do CDI	6,40%	816.257	52.240	39.180	26.120
Debêntures	Aumento no IPCA	3,75%	16.312.236	(611.709)	(764.636)	(917.563)
				<u>(559.468)</u>	<u>(725.456)</u>	<u>(891.443)</u>

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes, mostrando os possíveis impactos no resultado da Companhia. Tais valores, quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima.